



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e art. 19, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.653/2023)

PROCESSO Nº: 08/2023

OBJETO: refere-se ao Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, para formalização de parcerias com organizações da sociedade civil - OSC's a fim de possibilitar a transferência de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento econômico-rural em apoio às comunidades, à agricultura familiar e aos pequenos produtores, agricultores e artesãos do município de Monte Carmelo conforme Lei Municipal nº 2.011, de 07 de novembro de 2023.

VALOR DA TRANSFERÊNCIA: R\$ 11.643,25 (onze mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos) para cada OSC indicada no Anexo.

PERÍODO: EXERCÍCIO DE 2023-2024

TIPO DE PARCERIA: TERMOS DE FOMENTO

VIGÊNCIA: 12 meses

PÚBLICO-ALVO: pequenos produtores rurais, agricultores familiares e artesãos.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, e considerando a Lei Municipal nº 2.011/2023, vem por meio deste Termo:

JUSTIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A FORMALIZAÇÃO DE TERMOS DE FOMENTO COM AS ASSOCIAÇÕES E CONSELHOS COMUNITÁRIOS RURAIS IDENTIFICADOS NO ANEXO DESTA JUSTIFICATIVA CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

CONSIDERANDO que o art. 31 da referida lei prevê a inexigibilidade do procedimento administrativo de Chamamento Público “na hipótese de inviabilidade de competição entre as



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica”;

CONSIDERANDO que a referida lei foi regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto nº 2.653, de 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO que as Associações e Conselhos discriminados no anexo são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade fomentar o desenvolvimento econômico-rural em apoio às comunidades, à agricultura familiar e aos pequenos produtores, agricultores e artesãos do município de Monte Carmelo;

CONSIDERANDO que o inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que a parceria que decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária será objeto de processo de inexigibilidade de chamamento público;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.011/2023 autorizou o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com as Associações e Conselhos nela descritos para a transferência de recursos financeiros;

CONSIDERANDO que as propostas analisadas atendem ao princípio da supremacia do interesse público, pois encontram-se em consonância com um dos principais objetivos da Prefeitura de Monte Carmelo e da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, que consiste na implantação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento e o apoio às atividades rurais, garantindo uma rede de incentivo à promoção das comunidades;

CONSIDERANDO que por meio das referidas parcerias serão beneficiadas instituições (Associações e Conselhos) que atendem diferentes comunidades e públicos-alvo, tornando-as uma importante ferramenta de promoção do desenvolvimento socioeconômico rural;

CONSIDERANDO a contrapartida em bens, oferecida pelas referidas associações e conselhos rurais conforme Planos de Trabalho apresentados;

CONSIDERANDO que as entidades parceiras indicadas são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remuneram, nem sequer distribuem lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios do art. 2º, I, 'a', da Lei Federal nº 13.019/2014 e ao disposto no Decreto Municipal nº 2.653/2023;

CONSIDERANDO que o termo de fomento é o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros, com o objetivo de incentivar projetos ou atividades desenvolvidos ou criados por essas OSC's” (art. 2º, X, do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

Há justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração de Termos de Fomento entre o Município de Monte Carmelo-MG e as Associações e Conselhos descritos no Anexo desta Justificativa por Inexigibilidade de Chamamento Público nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 c/c Lei Municipal nº 2.011/2023 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, que terão por objeto fomentar o desenvolvimento econômico-rural em apoio às comunidades, à agricultura familiar e aos pequenos produtores e artesãos do município de Monte Carmelo.

Com efeito, constituem objetivos das referidas parcerias: **a)** promover e incentivar a agricultura familiar e as atividades de pequenos produtores; **b)** estimular e melhorar as condições socioeconômicas das comunidades rurais; **c)** facilitar por meio da união de esforços entre o Município e a sociedade o acesso a materiais, equipamentos, recursos humanos e assistenciais; **d)** prestigiar, estimular e contribuir com as iniciativas que beneficiam a comunidade rural; **e)** promover a igualdade e isonomia por meio de ações que permitam que os agricultores familiares, os pequenos produtores e artesãos tenham condições de produzir e competir no mercado consumidor; **f)** contribuir para a ampliação da renda das comunidades rurais.

Objetiva-se, assim, por meio do repasse financeiro por parte do MUNICÍPIO às ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC viabilizar o desenvolvimento e apoio às comunidades rurais, à agricultura familiar e aos pequenos produtores e artesãos, em consonância com o disposto na Lei Orgânica de Monte Carmelo.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2.653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Monte Carmelo/MG, 08 de dezembro de 2023.

ANA PAULA PEREIRA
Secretária Municipal de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Fazenda
Adm.: 2021/2024

ANEXO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC	CNPJ	VALOR EM R\$
Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Brejãozinho	23.095.102/0001-33	11.643,25
Associação Comunitária dos Produtores e Trabalhadores Rurais Tejuca	22.232.276/0001-38	11.643,25
Associação Comunitária dos Produtores Rurais das Comunidades de Corguinho	23.093.685/0001-63	11.643,25
Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Gonçalves	21.288.907/0001-78	11.643,25
Associação Comunitária de Produtores Rurais de Lagoa	08.691.077/0001-67	11.643,25
Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Buriti	23.093.503/0001-54	11.643,25
Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego do Cavalo	97.370.183/0001-79	11.643,25
Associação Centro Agroindustrial dos Produtores de Monte Carmelo - ACAPIM	04.244.052/0001-64	11.643,25
Associação Rural Comunitária de Cambaúba	21.243.597/0001-75	11.643,25
Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Coxim/Confim	06.313.188/0001-04	11.643,25
Conselho de Desenvolvimento Comunitário Areado e Capão Rico	01.268.866/0001-40	11.643,25
Associação Rural da Comunidade de Água Limpa	21.243.381/0001-00	11.643,25
Associação Rural dos Produtores de Perdizes	22.225.718/0001-19	11.643,25
Associação da Comunidade do Atalho	29.889.143/0001-88	11.643,25